PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LEI Nº 1.950/2017

Dispõe sobre a Provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Manguairinha, Estado do Paraná, aprovou e eu, ELÍDIO ZIMERMAN DE MORAES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídos os Benefícios Eventuais de Assistência Social no Município de Manguairinha, nos termos da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e em conformidade com a Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social–CNAS.

Parágrafo Único: Os benefícios eventuais de Assistência Social no Município de Manguairinha, serão gestados e concedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante critérios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social–CMAS.

Art. 2º Os benefícios eventuais compõem a Rede de Proteção Social Básica de caráter suplementar, temporário e/ou emergencial que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social–SUAS, com fundamentação nos princípios da cidadania e nos direitos humanos e sociais.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com as necessidades urgentes e com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo Único: Para efeitos desta lei, a concessão de benefícios eventuais será destinada à família em situação de extrema pobreza com prioridade para crianças, idosos, pessoa com necessidades especiais, gestantes, nutriz e os casos de calamidade pública.

Art. 4º O acesso aos benefícios eventuais instituídos por esta Lei é garantido às famílias cujos membros tenham renda per capita mensal igual ou inferior a 1/4 (um quarto) (art. 22, Lei 8.742/93) do salário mínimo vigente no País.

§ 1º Na comprovação das necessidades para a concessão de benefício eventual são vedadas quaisquer situações vexatórias e de constrangimento nos procedimentos de atendimento e avaliação adotados para a comprovação das necessidades, objeto desta Lei.

§ 2º Os benefícios, no âmbito do SUAS, devem atender aos seguintes princípios:

- I–Ter domicílio comprovado;
- II–Inscrição no CADÚNICO;
- III–Visita domiciliar caso necessário sem diagnóstico médico.

§ 3º Os casos que apresentarem alto grau de vulnerabilidade e não se enquadrarem nos critérios previstos no caput do artigo 4º terão avaliação de profissional qualificado, mediante parecer de assistente social.

Art. 5º Os benefícios eventuais, integrados aos serviços e programas disponíveis na Política Pública de Assistência Social no Município de Manguairinha são:

- I–Auxílio natalidade;
- II–Auxílio funeral;
- III–Auxílio alimentação (cesta básica, frutas e dieta especial);
- IV–Auxílio transporte;
- V–Auxílio moradia (Aluguel Social, Lona preta, Eternit, modulo sanitário);
- VI–Auxílio documentos (taxas de RG e CPF).

Art. 6º Para atendimento de necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 1º Para fins desta lei, entende-se por situação de vulnerabilidade temporária a que se caracterizam pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos, nos termos do art. 7º do Decreto nº 6.307, de 2007:

- I–riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II–perdas: privação de bens e de segurança material; e
- III–danos: agravos sociais e ofensa.

§ 2º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I–da falta de:
 - a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
 - b) documentação;
 - c) domicílio;
- II–da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- III–da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
- IV–de desastres e de calamidade pública; e
- V–de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 3º Entende-se por calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e/ou epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

Art. 7º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

Art. 8º O alcance do benefício auxílio natalidade poderá ocorrer nas seguintes condições:

- I–atenções necessárias ao recém-nascido;
- II–apoio à mãe, no caso de morte do recém-nascido;
- III–apoio à família, no caso de morte da mãe;

IV–inserção da família na política municipal de saúde, para acompanhamento da mãe e do recém-nascido;

V–inserção da família nos serviços, programas e projetos da política de assistência social durante o pré-natal;

Art. 9º O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em pagamento, não contributivo, de assistência social, sob a forma de prestação temporária, para reduzir a vulnerabilidade e riscos provocados por morte de membro da família, mediante comprovação da despesa, correspondente a 6.56% UFM (unidade fiscal municipal), correspondente a R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), excluindo-se dessa lei a família que possui plano funeral familiar (convênios).

§ 1º Os serviços visam cobrir o custeio de despesas que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária, ficando isenta a comprovação de renda familiar, as famílias que tem pessoas com doenças degenerativas que causem o empobrecimento familiar.

§ 2º Em caso de ressarcimento das despesas previstas no § 1º, a família poderá requerer o benefício em até 30 (trinta) dias após o funeral.

Art. 10 O benefício eventual na forma de auxílio transporte constitui-se no fornecimento de passagens do transporte coletivo

urbano, intermunicipais para itinerantes e usuários de Assistência Social, nas situações consideradas emergenciais e/ou que possibilite a reinserção familiar e comunitária.

Art. 11 O benefício eventual, na forma de auxílio alimentação (cesta básica), constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, com alimentos, para reduzir a vulnerabilidade provocada pela falta de condições socioeconômicas para aquisição de alimentos com qualidade e quantidade de forma a garantir uma alimentação saudável com segurança às famílias beneficiárias.

Art. 12 O alcance do benefício à cesta básica, é destinado às famílias beneficiárias e terá preferencialmente os seguintes critérios:

I–insegurança alimentar causada pela falta de condições socioeconômicas para manter uma alimentação digna, saudável com qualidade e quantidade;

II–deficiência nutricional causada pela falta de uma alimentação balanceada e nutritiva prescrita por profissional com diagnóstico médico e laudo com CID.

III–necessidade de uma alimentação específica voltada à doenças crônicas prescrita por profissional com diagnóstico médico e laudo com CID.

IV–morte/ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;

V–nos casos de emergência e calamidade pública;

VI–grupos vulneráveis e comunidades tradicionais (acampamentos com cadastro no INCRA).

VII–Será atendidas as famílias de detentos que não recebem auxílio reclusão estadual com avaliação de um profissional habilitado.

VIII–Será atendidas gestantes que se encaixam na renda acima pré-estabelecida e se necessário, até 3 meses depois do nascimento do bebê.

Art. 13 O benefício eventual, na forma de auxílio moradia, (aluguel social) constitui-se uma ação da assistência social em parceria com a Divisão de Obras e Engenharia do município entre outras entidades, na concessão de moradia às famílias de baixa renda que tenha sofrido perda do imóvel devido calamidade pública e/ou se encontre em situação de rua ou, ainda, em moradias de situação de risco.

§1º O valor, o número de parcelas e o prazo de concessão deste benefício será correspondente a 2.63% da UFM (unidade fiscal municipal), ou seja, R\$ 300,00(trezentos reais) sendo de 03 a 06 meses a concessão deste benefício.

§ 2º O auxílio moradia só será fornecimento mediante parecer técnico de assistente social.

Art. 14 O benefício eventual em forma de auxílio documento destina-se ao pagamento de fotografias do tamanho 3x4 cm, taxas de emissão de Carteira de Identidade e de Cadastro de Pessoa Física, inclusive segunda via, bem como segunda via de certidões de nascimento, casamento e óbito.

§ 1º Quando se destinar ao pagamento de taxas e/ou emolumentos cartoriais de emissão de documentos e certidões, o valor deste benefício será limitado às despesas suficientes para cobrir o seu custeio, mediante comprovação.

§ 2º O valor deste benefício será definido, limitado e regulamentado por Decreto do Executivo Municipal, com base no Regimento a ser elaborado pela Assistência Social.

§ 3º O benefício auxílio documento é uma forma de pecúnia e tem como referência o valor das despesas previstas no parágrafo anterior e pago após solicitação e comprovada a necessidade, através do preenchimento de formulário próprio.

Art. 15 Os benefícios de auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio transporte, auxílio alimentação e auxílio documento, serão devidos em número igual ao das ocorrências destes eventos.

Art. 16 Os benefícios eventuais constantes nesta lei, poderão ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária, ou seja, pai, mãe, parente até segundo grau, ou pessoa autorizada, mediante parecer social ou procuração, esta quando a lei exigir, conforme disposto no § 2º, art. 4º, desta Lei.

Art. 17 Compete ao Município:

I–A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento e a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II–O acompanhamento e o monitoramento das famílias beneficiárias devem ser realizados por profissional habilitado.

III–A articulação com as políticas sociais setoriais e a defesa dos direitos municipais para o atendimento integral da família beneficiária;

IV–O cadastramento das famílias no Cadastro Único e nos demais serviços socioassistenciais.

Art. 18 O Município deverá promover ações que viabilizem e garantam a ampla e periódica divulgação dos benefícios eventuais e dos critérios para sua concessão.

Art. 19 Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete fiscalizar a aplicação desta lei, bem como fornecer ao Município informações sobre irregularidades na aplicação do regulamento dos benefícios eventuais, avaliar e reformular, se necessário, a cada ano, a

regulamentação de concessão e valor em dotação orçamentária consignada para tanto na Lei Orçamentária Anual, dos benefícios de auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio documento e auxílio moradia.

Art. 20 Caberá a Secretaria de Assistência Social, durante a elaboração, pelo Poder Executivo, de cada Projeto de Lei Orçamentária Anual, estimar a quantidade de benefícios a serem concedidos durante cada exercício financeiro.

Art. 21 Para consecução do programa instituído por esta Lei disporá o Município de recursos orçamentários específicos, vinculados a Secretaria de Assistência Social, bem como, com recursos advindos de outros órgãos afins, Federais e/ou Estaduais e doações destinadas ao Fundo Municipais de Assistência Social–FMAS, conforme previsto nos artigos 29 e 30 da Lei nº 1.267/04.

Art. 22 Os benefícios previstos nesta Lei serão concedidos nos limites do atendimento, estabelecidos em programação mensal, observadas as dotações orçamentárias e os recursos mensais previamente destinados para esse fim.

Art. 23 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº. 1627/2011, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de junho de 2017.

ELIDIO ZIMERMAN DE MORAES - Prefeito Municipal

Cod236804